



## Competências jurídicas e seus desafios Introdução

### Autor(res)

Felipe Rossi De Andrade  
Marcos Brenner Marques Silva  
Maria Eduarda Gonçalves De Souza  
Kailane Dos Santos  
Laryssa Santos Craveiro  
Davi Henrique De Carvalho

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

### Introdução

A competência jurídica é um dos pilares do Direito processual civil, trata-se da delimitação da jurisdição, respeitando o domicílio do Réu, do autor e da obrigação, definindo quem é o responsável por processar e julgar determinado processo, prescrito no Art. 42. “As causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência, ressalvado às partes o direito de instituir juízo arbitral, na forma da lei”, do Código Processual Civil. Garantido a organização, segurança jurídica é eficiência na aplicação da jurisprudência. Entretendo como “nem tudo são mil maravilhas”, assim como qualquer protocolo, afrenta problemas na sua aplicação, como conflitos entre os Órgãos julgadores e alienação de informação, são fatos conflitantes, que atrapalham diretamente onde deve ser dar o passo inicial do processo.

### Objetivo

Compreender a Competência jurídica na jurisdição;  
As dificuldades enfrentadas por falta de informação de onde o processo deve ser processado;  
E os conflitos entre os órgãos do Poder Judiciário sobre a sua competência ou incompetência diante do caso julgado.

### Material e Métodos

A competência é um poder que um juízo ou tribunal tem para jogar ou processar em casos específicos de acordo com os critérios definidos por Lei. No Art. 42. da CPC ( Código Processual Civil) Diz: “As causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência, ressalvado às partes o direito de instituir juízo arbitral, na forma da lei”, ou seja, onde o juizado pode atuar. Sendo assim garantido a organização, segurança jurídica é eficiência na aplicação da jurisprudência. Porém a falta de informação para saber qual é o Colegiado competente o julgado pode ser surpreendido pelo juizado se declarar incompetente ou competente da ação apresentada, seguindo O princípio do Kompetenz-Kompetenz, palavra alemã que significa que o juiz tem o poder de decidir se é ou não competente. Quando a dúvida, cita na Art. 8º da Lei nº 9.307 | Lei de Arbitragem, de 23 de



setembro de 1996

“ A cláusula compromissória é autônoma em relação ao contrato em que estiver inserida, de tal sorte que a nulidade deste não implica, necessariamente, a nulidade da cláusula compromissória.

Parágrafo único. Caberá ao árbitro decidir de ofício, ou por provocação das partes, as questões acerca da existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem e do contrato que contenha a cláusula compromissória.”

## Resultados e Discussão

No caso de um Banco de Roraima S/A é um exemplo clássico, de como a competência jurídica funciona pratica e na importância de identificar qual juízo deve processar e julgar uma demanda, o processo começou na Justiça Estadual, mas abrangia a União. O juízo Federal auto se declarou incompetente, uma vez que a demanda envolvia interesse da união (órgão da esfera Federal), e o STJ confirmou que o caso devia prosseguir na Justiça Federal, mostrando a importância de julgar no Fórum correto para que a decisão seja rápida e eficaz. Com isso a competência garante que cada caso seja julgado pelo tribunal correto assim evitando nulidade e conflitos. A partir disso pode se garantir a organização e a hierarquia do poder judiciário, além de assegurar a segurança jurídica e evitar decisões conflitantes. Porém a situação que dois juízos se declaram incompetentes, tratando assim de um conflito negativo, tendo isso um Superior, determina quem de fato é competente para julgar o caso. A atuação coordena entre juízos estaduais, federais e tribunais superiores ilustra, na pratica, como o sistema judiciário brasileiro organiza e protege o devido processo legal garantido que cada ação seja julgada pelo tribunal mais apropriado.

## Conclusão

A competência Jurídica é essencial para organizar o sistema judiciário, definindo qual juiz ou tribunal, deve julgar cada caso, respeita o domicílio do Réu, do autor e da obrigação. No caso de banco de Roraima S/A mostra bem os desafios que aparecem na pratica, como conflitos de competência e a dificuldade de saber onde o processo deve tramitar. Quando dois juízos se declaram incompetentes, a solução vem de tribunais superiores, garantido que o processo siga no lugar certo e evitando decisões conflitantes ou nulas. Portanto a competência não é só uma burocracia: é o que garante que o processo

## Referências

<https://cj.estrategia.com/portal/conflito-competencia/>

<https://cj.estrategia.com/portal/conflito-competencia/>

<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/28896178/artigo-42-da-lei-n-13105-de-16-de-marco-de-2015>

<https://trilhante.com.br/curso/competencia-processual/aula/criterios-de-fixacao-da-competencia-1>

<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11291383/artigo-8-da-lei-n-9307-de-23-de-setembro-de-1996>